

**RESOLUÇÃO Nº xxx, DE xx DE OUTUBRO DE 2017.**

Altera dispositivos da Resolução nº 342, de 9 de setembro de 2014.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso X, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.513589/2017-01, deliberado e aprovado na 19ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 3 de outubro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Promover as seguintes alterações na Resolução nº 342, de 9 de setembro de 2014, que regulamenta os documentos e as demonstrações contábeis padronizadas a serem apresentados pelas empresas brasileiras que exploram os serviços aéreos públicos, assim como aspectos de sua escrituração contábil, e dá outras providências:

I - dar a seguinte redação ao caput do art. 4º:

“Art. 4º As empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público regular e não regular de passageiros, carga e mala postal, exceto na modalidade táxi aéreo, que detenham participação de mercado relevante, nos termos do artigo 5º, devem apresentar à ANAC, periodicamente, documentos e demonstrações contábeis padronizadas.” (NR)

II - dar a seguinte redação ao caput do art. 5º e a seu parágrafo único:

“Art. 5º Para os efeitos desta Resolução, a participação das empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público regular e não regular, exceto na modalidade táxi aéreo, será considerada relevante quando for igual ou superior a 1% no mercado doméstico ou no mercado internacional, em termos de passageiros quilômetros transportados pagos - RPK ou em termos de toneladas quilômetros transportadas pagas - RTK.

Parágrafo único. A participação de mercado será apurada considerando-se a totalidade das operações regulares e não regulares das empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público, exceto na modalidade táxi aéreo, de acordo com os dados estatísticos divulgados pela ANAC.” (NR)

III - no art. 6º:

a) dar a seguinte redação ao caput:

“Art. 6º As empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público com participação de mercado relevante devem manter em situação regular a habilitação profissional dos responsáveis pelas demonstrações contábeis e pelos serviços de auditoria independente.” (NR)

b) dar a seguinte redação ao § 1º:

“Art. 6º .....

§ 1º A Superintendência de Acompanhamento de Serviços Aéreos - SAS especificará, por meio de Portaria, os procedimentos relacionados à comprovação da regularidade profissional a que se refere o caput.” (NR)

c) revogar os §§ 2º e 3º;

IV - no art. 7º:

a) dar a seguinte redação ao caput:

“Art. 7º As empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público com participação de mercado relevante devem apresentar, até o último dia útil do mês de abril do exercício social subsequente, os documentos e as demonstrações contábeis anuais a seguir:” (NR)

b) renumerar o parágrafo único, que passa a vigorar como § 1º;

c) acrescentar os §§ 2º e 3º, com a seguinte redação:

“Art. 7º .....

.....

§ 2º A obrigação a que se refere o caput, com exceção do documento mencionado no inciso VI, aplicar-se-á a cada exercício social em que for alcançada a participação de mercado relevante.

§ 3º A obrigação de apresentação do documento mencionado no inciso VI deste artigo não se aplica às demonstrações contábeis do primeiro exercício social em que for alcançada a participação de mercado relevante.” (NR)

V - no art. 8º:

a) dar a seguinte redação ao caput:

“Art. 8º As empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público com participação de mercado relevante em termos de RPK devem apresentar os documentos e as demonstrações contábeis trimestrais a seguir:” (NR)

b) revogar os §§ 1º e 2º

c) dar a seguinte redação ao § 3º:

“Art. 8º .....

.....

§ 3º A obrigação a que se refere o caput cessar-se-á a partir do exercício social seguinte ao que a empresa deixar de apresentar participação de mercado relevante ou a partir do trimestre em que for comprovada a paralisação de suas atividades.” (NR)

d) acrescentar os §§ 8º e 9º, com as seguintes redações:

“Art. 8º .....

.....  
§ 8º Para fins do cumprimento da obrigação a que se refere o caput, será considerada a participação no mercado de transporte aéreo verificada ao final do exercício social anterior.

§ 9º A obrigação de apresentação do documento mencionado no inciso V deste artigo, aplicar-se-á, tão somente, aos dados do segundo trimestre.” (NR)

VI - revogar os arts. 9º e 10;

VII - dar a seguinte redação ao §2º do art. 11:

“Art. 11 .....

.....

§ 2º A SAS especificará, por meio de Portaria, as informações a que se refere o caput, assim como os prazos e os procedimentos de sua apresentação à ANAC, entre outros aspectos técnicos.” (NR)

VII - dar a seguinte redação ao art. 12:

“Art. 12. A SAS estabelecerá, por meio de Portaria, a estrutura, inclusive as contas padronizadas, o conteúdo e os procedimentos de apresentação dos documentos e das demonstrações contábeis a serem apresentadas à ANAC.” (NR)

VIII - acrescentar o §3º ao art. 13, com a seguinte redação:

“Art. 13 .....

.....

§ 3º Nos casos a que se refere o caput, a SAS especificará, por meio de Portaria, aspectos relacionados ao processamento, à ciência e à reapresentação dos documentos e das demonstrações contábeis.” (NR)

IX - acrescentar o inciso IV ao art. 19, com a seguinte redação:

“Art. 19 .....

.....

IV - ausência de regularidade da habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis ou pelos serviços de auditoria independente.” (NR)

X - acrescentar o art. 25-A, com a seguinte redação:

“Art. 25-A. As empresas brasileiras que exploram os serviços de transporte aéreo público com participação de mercado não relevante nos termos desta Resolução ficam dispensadas da obrigação de apresentar à ANAC os documentos e as demonstrações contábeis a seguir:

I - Documentos Relativos à Organização da Contabilidade referentes aos exercícios sociais de 2016 e de 2017;

II - Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício social de 2016; e

III - Comprovante de Apresentação da Escrituração Contábil para Autenticação da Junta Comercial referente aos exercícios de 2015 e de 2016.

Parágrafo único. A dispensa de apresentação do documento referente ao inciso III do caput aplica-se também às empresas com participação de mercado relevante.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ**  
Diretor-Presidente

MANUUTA